

Este documento resulta de um trabalho conjunto do Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza e do Núcleo Distrital de Braga da EAPN Portugal, através da recolha e sistematização de informação estatística e da análise da mesma, respetivamente. A informação estatística foi recolhida das respetivas fontes oficiais – Instituto Nacional de Estatística, Pordata, Instituto da Segurança Social e Instituto de Emprego e Formação Profissional – em setembro de 2018 e a sua análise foi efetuada em janeiro/fevereiro de 2019.

A análise realizada é descritiva e circunscrita à informação estatística disponível, afigurando-se por isso interessante poder vir a ser aprofundada através introdução de outro tipo de informação quantitativa e/ou qualitativa que permita a realização de uma análise interpretativa e multidimensionalmente contextualizada.

POBREZA MONETÁRIA

2017	Mediana do Rendimento por adulto equivalente	Linha de pobreza nacional	Taxa de risco de pobreza calculada com linha de pobreza nacional	Linha de pobreza regional	Taxa de risco de pobreza calculada com linha de pobreza regional
	€		%	€	%
Portugal	9 351	5 610	17,3	5 610	17,3
Norte	8 925	5 610	18,6	5 355	16,4
Centro	9 067	5 610	18,6	5 440	16,6
A.M.Lisboa	10 943	5 610	12,3	6 566	18,9
Alentejo	8 880	5 610	17,0	5 328	14,2
Algarve	9 000	5 610	18,6	5 400	16,6
R.A. Açores	7 517	5 610	31,5	4 510	21,6

R.A. Madeira	8 345	5 610	27,4	5 007	22,3
--------------	-------	-------	------	-------	------

A Região Autónoma da Madeira apresenta valores inferiores à média nacional no que respeita à Mediana do Rendimento por adulto equivalente (8345 na RAM e 9351 em Portugal) e mesmo em relação a todas as outras regiões nacionais estes valores continuam a ser inferiores (exceptuando em relação à Região Autónoma dos Açores). Considerando que a Linha de Pobreza Nacional se situa nos 5610 € por pessoa e associando este valor à Taxa de risco de pobreza calculada com a linha de pobreza nacional, a RAM possui o segundo valor mais baixo, com 5007 e com a referida taxa em 27,4 % mais 10,1 % do valor nacional que se situa nos 17,3 %, assim sendo a Taxa de risco de pobreza calculada com a linha de pobreza regional (5007 €) é de 22,3 %, valores globais superiores aos nacionais e mais uma vez apenas superando a Região Autónoma dos Açores.

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO RESIDENTE.

Indicador	2011		2017	
	R,A, Madeira	Portugal	R,A, Madeira	Portugal
Área total em Km ²	801,51 0,9% ⁱⁱ	92 225,61 100%	801,51 0,9% ⁱⁱ	92225,61 100%
População Residente (n.º e %)	264 236 2,5% ⁱⁱ	10 542 398 100%	254 368 2,5% ⁱⁱ	10 291 027 100%
Homens (n.º e %)	123 754 46,8% ⁱ	5 030 437 47,7% ⁱⁱ	118 411 46,6% ⁱ	4 867 692 47,3% ⁱⁱ
Mulheres ((n.º e %))	140 482 53,2% ⁱ	5 511 961 52,3% ⁱⁱ	135 957 53,4%	5 423 335 52,7% ⁱⁱ
0-14 anos ((n.º e %))	43 731 16,5% ⁱ	1 572 900 14,9%	35 360 13,9% ⁱ	1 423 896 13,8% ⁱⁱ
15-24 anos ((n.º e %))	33 229 12,6% ⁱ	1 139 411 10,8% ⁱⁱ	31 880 12,5% ⁱ	1 093 201 10,6% ⁱⁱ
25-64 anos ((n.º e %))	149 213 56,5% ⁱ	5 822 441 55,2% ⁱⁱ	145 472 57,2% ⁱ	5 560 656 54,0% ⁱⁱ
65 ou mais anos	38 063 14,4% ⁱ	2 007 646 19,0% ⁱⁱ	41 656 16,4% ⁱ	2 213 274 21,5% ⁱⁱ
Saldo Natural n.º	-74	-5 992	-553	-23 432
Taxa bruta de natalidade	9,0		7,7	
% varia entre um mínimo e um máximo de:	6,7 Santana	11,5 Santa Cruz	4,6 Porto Moniz	8,6 Santa Cruz
Índice sintético de fecundidade n.º varia entre um mínimo e um máximo de:	1,24		1,16	
	0,91 Porto Santo	1,46 Ponta do Sol	0,69 Porto Moniz	1,25 Ribeira Brava

Estrangeiros residentes n.º	6 774 2,56 ⁱ	436 822 4,14% ⁱⁱ	6 720 1,6% ⁱ	421 711 4,09% ⁱⁱ			
Saldo migratório n.º	-3 655	-24 331	45	4 886			
Índice de dependência total n.º varia entre um mínimo e um máximo de:	44,8		51,4		43,4	54,7	
	37 Porto Santo	60 São Vicente		37 Porto Santo	58 Porto Moniz		
Índice de dependência dos jovens n.º varia entre um mínimo e um máximo de:	24		22,6		19,9		21,4
	20 Santana	30 Câmara de Lobos		16 Santana	23 Câmara de Lobos		
Índice de dependência dos idosos n.º varia entre um mínimo e um máximo de:	20,9		28,8		23,5		33,3
	14 Santa Cruz	38 São Vicente		15 Santa Cruz	41 São Vicente		
Índice de envelhecimento n.º varia entre um mínimo e um máximo de:	87		127,6		117,8		155,4
	49 Câmara de Lobos	183 Santana		67 Santa Cruz	242 São Vicente		

Notas: ⁱ Em % do total na RAM; ⁱⁱ Em % do total nacional.

A Região Autónoma da Madeira (RAM) é um arquipélago constituído por duas ilhas habitadas - Madeira e Porto Santo - e duas inabitadas - Desertas e Selvagens. O arquipélago está situado entre o 35º e 45º de latitude norte e a 17º de latitude oeste, encontrando-se a 1100 Km da costa de Portugal, país a que pertence, e a 600 km da costa africana. Possui uma superfície total de 801,51 quilómetros quadrados (km²), correspondente a 0,9% da área total do país.

O arquipélago é constituído por onze concelhos, todos pertencentes à NUTS III Região Autónoma da Madeira - Ilha da Madeira e Ilha do Porto Santo: Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente.

Em 2017, a população residente na RAM foi estimada em 254 368 habitantes (dos quais 118 411 pertencentes ao género masculino e 135 957 ao género feminino), o que representa uma diminuição da população residente de 9868 pessoas face a 2011, traduzindo-se numa taxa de crescimento efetivo negativa de 2,0‰ (-6,1‰ em 2016).

Para esta taxa contribuiu fundamentalmente um saldo natural negativo de 533 pessoas (-2,2‰), uma vez que o valor da taxa de crescimento migratório foi 0,2‰, o equivalente a 45 pessoas – dimensão exponencialmente inferior à evidenciada em Portugal (4886). Note-se que no 1.º semestre de 2018, o aumento do número de óbitos face ao período homólogo agravou o saldo natural. Os dados preliminares da demografia indicam para a RAM um saldo natural negativo de 540 pessoas. No mesmo semestre de 2017, o saldo natural já havia sido igualmente negativo de 378 pessoas.

No entanto, neste indicador, verificou-se em 2017, valores negativos em Câmara de Lobos (-6,7‰), Machico (-5,3‰), Santana (-0,9‰) e Funchal (-0,6‰). Este concelho lidera no número

de habitantes residentes (104 442, perfazendo 41,1% do efetivo total residente na RAM), seguindo-se Santa Cruz (44 417 – 17,5%) e Câmara de Lobos (33 847 – 13,3%). O Porto Moniz, São Vicente e Porto Santo registam o menor número de efetivo populacional, 2 370, 5 151 e 5 173, respetivamente.

Para estes números concorreram, no período analisado, os 6720 estrangeiros residentes, que perfazem 1,6% da população residente na RAM, distribuídos entre detentores de títulos de residência (6 692) e de vistos de longa duração (28). Em termos de distribuição geográfica, é no Funchal que a população estrangeira tem maior expressão (59,2% do total da RAM), seguindo-se Santa Cruz (13,8%), Calheta (7,3%) e Porto Santo (4,0%). Este indicador é significativamente inferior ao verificado no total nacional (421771 – 4,09%) e denota um ligeiro decréscimo comparativamente a 2011 (6774 – 2,56 em % do total da RAM e 438882 – 4,14% em % do total nacional).

Continuamos a assistir a uma tendência de decréscimo populacional, iniciada em 2011, porém menos acentuada no último triénio, à exceção do município de Santa Cruz, cuja população residente cresceu de forma contínua.

À semelhança do panorama nacional e de acordo com o que se tem verificado há várias décadas em Portugal, a RAM mantém a tendência para uma estrutura da população envelhecida, registando em 2017, uma proporção de jovens (13,9%) - semelhante à apresentada para Portugal (13,8%) - inferior à idosa (16,4%), exibindo, assim, a segunda menor taxa do país. Para esta tendência concorre igualmente o decréscimo do número de pessoas em idade ativa na população total, ainda que esta proporção tenha sofrido um ligeiro aumento em 2017 (69,7%). Paralelamente, no Porto Santo, Santa Cruz, Câmara de Lobos e Machico a proporção da população em idade ativa superou o valor da Região (69,7%). Os valores mais baixos deste indicador inscreveram-se nos municípios do Porto Moniz (63,3%) e São Vicente (63,4%).

Entre 2011 e 2017, o cômputo de pessoas idosas (pessoas com 65 ou mais anos de idade) aumentou em 3593, em analogia ao índice de envelhecimento (de 87,0 em 2011 para 117,8 em 2017), perfazendo um total de 118 idosos por cada 100 jovens, sendo São Vicente e Santana os municípios mais envelhecidos (242 e 241, respetivamente). Este indicador, enquadrado no apurado para Portugal (155,4), revela-se significativamente menos expressivo. Os municípios de Santa Cruz e Câmara de Lobos foram os que registaram maior percentagem de jovens (16,5% e 16,4%) e menor percentagem de idosos (11,0% e 11,9%, respetivamente).

Por outro lado, a RAM preserva a tendência de envelhecimento demográfico, em resultado da diminuição de natalidade (de 9,0 em 2011, para 7,7 em 2017), saldos migratórios negativos ou nulos e alargamento do topo da pirâmide etária, refletindo o aumento da esperança de vida. Todavia, em 2017, registaram-se 1 960 nados-vivos, filhos de mães residentes na RAM, mais 5,5% (102 crianças) que no ano anterior (-4,6%). Este acréscimo de nados-vivos verificado resultou numa ligeira recuperação do índice sintético de fecundidade face a 2016, passando de 1,07 filhos por mulher em idade fértil, para 1,16 em 2017 - inferior ao valor nacional registado (1,37) - variando entre 0,69 no Porto Moniz e 1,25 na Ribeira Brava. Note-se, no entanto, que se verifica um decréscimo deste índice quando comparado com o período homólogo de 2011 (1,24).

Em 2017, na RAM, o índice de dependência total registou um decréscimo de 1,4 em relação ao ano de 2011, situando-se em 43,4 jovens e idosos por cada 100 pessoas em idade ativa, valor para o qual contribuíram 20 jovens e 24 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa. O valor mais elevado do índice de dependência de jovens verificou-se em Câmara de Lobos (23) e o mais baixo em Santana (16), registando este indicador um decréscimo em relação a 2011 (de 24 para 19,9), valor abaixo do valor nacional (21,4). Quanto ao índice de dependência de idosos, São Vicente assinalou o valor mais alto (41) e Santa Cruz o mais reduzido (15).

MERCADO DE TRABALHO

Indicador	2010		2016	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Empresas ((n.º e %))	21 505 1,9% ⁱ	1 145 390 100%	25 108 2,1%	1 196 102 100%
< 10 trabalhadores ((n.º e %))	20 391 94,8% ⁱⁱ	1 097 400 95,8% ⁱ	24 219 96,5%	1 152 044 96,3%
10 a 49 trabalhadores (n.º e %)	981 4,6% ⁱⁱ	41 355 3,6% ⁱ	771 3,1%	37 534 3,1%
50 a 249 trabalhadores (n.º e %)	119 0,6% ⁱⁱ	5 794 0,5% ⁱ	104 0,4%	5 662 0,5%
> 250 trabalhadores (n.º e %)	14 0,1% ⁱⁱ	841 0,1% ⁱ	14 0,1%	862 0,1%
Pessoal ao serviço nas empresas (n.º)	72 467 1,9% ⁱⁱ	3 732 512 100% ⁱ	64 881 1,8%	3 704 740 100%
Indicador	2011		2017	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Taxa de desemprego média anual	13,5	12,7	10,4	8,9
Homens	15,1	12,3	10,3	8,4
Mulheres	12	13	10,5	9,3
Taxa de desemprego de longa duração	8,7	6,7	7,2	5,1
Homens	9,8	6,5	7,3	4,9
Mulheres	7,7	7	7	5,3
População desempregada milhares	18,5 2,7% ⁱ	688,2 100%	13,8 3% ⁱ	462,8 100%
Homens	10,5 56,8% ⁱⁱ	350,2 50,9% ⁱ	7 50,7% ⁱⁱ	224,2 48,4%
Mulheres	8 43,2% ⁱⁱ	337,9 49,1% ⁱ	6,9 50% ⁱⁱ	238,7 51,6%

Desempregados inscritos no Instituto de Emprego da Madeira (n.º)*			18 226	
---	--	--	--------	--

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total na RAM; * Média anual.

Em 2016 encontravam-se registadas em Portugal 1 196 102 empresas, agregando 3 704 740 pessoas. A Região Autónoma da Madeira contribuiu com 2,1 pontos percentuais para esse valor, totalizando 25 108 empresas (+0,2% face ao ano de 2010) e 64 881 trabalhadores afetos (1,8% do total nacional).

Os dados apurados permitem perceber que a dinâmica laboral da RAM ancora-se em micro empresas (menos de 10 colaboradores – 24 219: 96,5%), constituindo um aumento face a 2010 (20 391: 94,8%). Seguem-se as pequenas empresas (10 a 49 colaboradores – 771: 3,1%) e as médias empresas (entre 50 a 249 colaboradores efetivos – 104: 0,4%), registando um decréscimo comparado a 2010 (4,6% para 3,1% e 0,6% para 0,4%, respetivamente. Por último, as grandes empresas (dimensão superior a 250 colaboradores – 14) concorrem com 0,1% para o panorama regional de efetivos ao serviço de empresas.

Em 2017, a população empregada na RAM ascendeu a 118,8 mil pessoas (média anual), 60,4 homens e 58,4 mulheres, equivalendo a um acréscimo médio anual de 3,8% (+4,4 mil empregados face a 2016). A taxa de emprego (15 e mais anos) situou-se em 54,7%, tendo aumentado 2,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, traduzindo-se num aumento das ofertas de emprego e integrações no mercado de trabalho. O grupo etário que regista maior empregabilidade é o dos 45 aos 64 anos (49,6%), destes, 24,2% pertencem ao género masculino e 25,4% ao feminino.

Os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 4.º trimestre de 2017 indicam uma taxa de desemprego na Região Autónoma da Madeira estimada em 8,9%. Em termos de média anual, em 2017, a taxa de desemprego na RAM fixou-se nos 10,4%, -3,1 pontos percentuais que no ano 2011, porém 1,5% superior ao valor nacional (8,9%). A taxa de desemprego média anual para os homens registou os 10,3% (-4,8% que em 2011), sendo ligeiramente superior nas mulheres (10,5%; - 1,5% que em 2011).

Imprime igualmente um curso descendente, no período compreendido (2011 - 2017), a taxa de desemprego de longa duração (12 e mais meses), registando 7,2% (-1,5%), superando em 0,3% a representação dos homens face às mulheres (7,3% e 7%, respetivamente).

Foram 13 800 o número de pessoas desempregadas na RAM, em 2017, configurando 30% do universo nacional (462,8 milhares), sendo que 18 226 destas possuem inscrição no Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

A taxa de desemprego da população jovem (15 a 24 anos) voltou a baixar no 3º trimestre de 2017, para 25,2%, mantendo-se, porém, acima dos restantes grupos etários. O desemprego atinge principalmente as pessoas com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos.

No final de novembro de 2018 registavam-se 16.257 desempregados inscritos no IEM, IP-RAM, o que corresponde a uma redução significativa face ao mês homólogo (-825 inscritos; -4,9%). Ao longo do mês registaram 1.494 novas inscrições de desempregados, configurando um

aumento de 40 inscrições face ao mês homólogo (+2,8%). No mesmo período foram recolhidas 222 ofertas de emprego e registadas 563 integrações no mercado de trabalho.

RENDIMENTOS E PODER DE COMPRA

Indicador	2011		Portugal	2015		Portugal
	RA Madeira			RA Madeira		
Ganho médio mensal € varia entre um mínimo e um máximo de:	1 049,8		N.D.	1 058,3		1 094,1
	781 Ribeira Brava	1 152 Porto Santo		766 Ponta do Sol	1 152 Calheta	
Disparidade % no ganho médio mensal entre homens e mulheres varia entre um mínimo e um máximo de:	11,8		N.D.	10,2		10,9
	7 Ribeira Brava	20 Porto Santo		4 Ponta do Sol	17 Calheta	
Proporção de poder de compra per capita varia entre um mínimo e um máximo de:	86,86		100	85,05		100
	53 Ponta do Sol	113 Funchal		56 Ponta do Sol	115 Funchal	
Indicador	2011		Portugal	2016		Portugal
	RA Madeira			RA Madeira		
Remuneração média mensal de base € varia entre um mínimo e um máximo de:	861,4		905,1	876,7		922,2
	655,6 Ribeira Brava	905,3 Funchal		660,2 Ponta do Sol	919,2 Funchal	
Homens	937,9		984,2	938,1		994
	683,1 Ponta do Sol	1023,9 Porto Santo		677,8 Ponta do Sol	992,5 Funchal	
Mulheres	771		807,5	809,1		838,4
	610 Santana	802,5 Funchal		639,9 Ponta do Sol	845,1 Funchal	

Notas: N.D – Não disponível.

De acordo com os dados nacionais mais recentes, relativos a 2015, verifica-se que o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, na Região Autónoma da Madeira, sofreu um ligeiro aumento face a 2011, fixando-se nos 1 058€, valor inferior ao apurado para o território nacional (1 094,10€), variando entre os 766€ (Ponta do Sol) e os 1 152€ (Calheta). A disparidade do ganho médio mensal entre homens e mulheres na RAM situava-se nos 10,2% (-1,6% que no ano de 2011 - 11,8 e -0,7 que o registado no país: 10,9%), oscilando entre os 4% no concelho de Ponta do Sol e os 17% na Calheta.

O indicador de proporção de poder de compra per capita (IPpC) em 2015 na RAM apresentava um valor inferior abaixo da média nacional (85,5 para 100) e 1,81 inferior ao ano de 2011. A leitura dos resultados do IPpC para 2015 associa à Ponta do Sol (56) um poder de compra abaixo do poder de compra per capita médio regional (85,05). O município do Funchal (115), cidade com maior densidade populacional, duplica o índice registado na Ponta do Sol, já verificado em 2011.

Os apuramentos estatísticos revelam que a remuneração média mensal de base sofreu um aumento entre 2011 e 2016 (861,4€ para 922,2€), variando entre os 660,2€ (Ponta do Sol) e os 919,2€ (Funchal). Esta análise da evolução anual da remuneração média mensal de base tem-se mantido similar ao que acontece a nível nacional.

As assimetrias repercutem-se no nível salarial entre homens e mulheres. De uma forma generalizada, as mulheres auferem em média menos 84,4€ (-8,5%) que os homens para realizarem trabalho igual ou de valor igual, ficando as causas de base a dever-se a fatores estruturais, legais, sociais, culturais e económicos.

O estudo da evolução anual dos valores da diferença de remuneração média mensal das mulheres em relação à dos homens confirma uma ligeira tendência para o aumento deste diferencial nos últimos anos (0,2 pontos percentuais entre 2011 e 2016: 8,3% para 8,5, respetivamente). Portugal é um dos países onde o gap salarial entre mulheres e homens tem aumentado, tendo passado de 12,8% em 2010 para 17,8% em 2015, ou seja 1,5 p.p. superior à média europeia, que é de 16,3%. A média da disparidade salarial entre géneros em 2015 duplicou a de 2007: 17,8% por comparação com 8,5%.

Importa, assim, que sejam criadas medidas de fundo para que a igualdade salarial, dimensão da igualdade entre mulheres e homens, seja uma realidade, pois a mesma é fundamental para motivar as colaboradoras e os colaboradores e estimular a sua participação e envolvimento nas organizações, pois e parafraseando o Artigo 59.º, n.º 1 a) da Constituição da República Portuguesa “...para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna...”

EDUCAÇÃO

Indicador	2011		2017	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Taxa de analfabetismo % varia entre um mínimo e um máximo de:	6,97	5,22	N.D.	N.D.
	4,12			

	Santa Cruz	Santana			
Homens	5,68		3,51	N.D.	N.D.
	3,52 Funchal	11,86 Santana			
Mulheres	8,1		6,77	N.D.	N.D.
	4,27 São Vicente	15,44 Santa Cruz			
População por nível de escolaridade (n.º e %)	267 785 2,5% ⁱ		10 562 178 100%	N.D.	N.D.
Sem escolaridade	58 110 21,7% ⁱⁱ		1 999 754 18,9% ⁱ	N.D.	N.D.
1º Ciclo do Ensino Básico	70 050 26,2% ⁱⁱ		2 688 308 25,5% ⁱ	N.D.	N.D.
2º Ciclo do Ensino Básico	39 782 14,9% ⁱⁱ		1 412 580 13,4% ⁱ	N.D.	N.D.
3º Ciclo do Ensino Básico	39 482 14,7% ⁱⁱ		1 716 970 16,3% ⁱ	N.D.	N.D.
Secundário	31 573 11,8% ⁱⁱ		1 411 801 13,4% ⁱ	N.D.	N.D.
Médio	2 727 1,0% ⁱⁱ		88 023 0,8% ⁱ	N.D.	N.D.
Superior	26 061 9,7% ⁱⁱ		1 244 742 11,8% ⁱ	N.D.	N.D.
	2006/2007		2016/2017		
Indicador	RA Madeira		Portugal	RA Madeira	Portugal
Alunos por nível de ensino (n.º e %)	N.D.		N.D.	47 363 2,3% ⁱ	2 020 494 100%
Pré-escolar	N.D.		N.D.	5 897 12,5% ⁱⁱ	253 959 12,6% ⁱ
1º Ciclo do Ensino Básico	N.D.		N.D.	10 836 22,9% ⁱⁱ	404 010 20% ⁱ
2º Ciclo do Ensino Básico	N.D.		N.D.	6 014 12,7% ⁱⁱ	225 794 11,2% ⁱ
3º Ciclo do Ensino Básico	N.D.		N.D.	10 512 22,2% ⁱⁱ	370 202 18,3% ⁱ
Secundário	N.D.		N.D.	10 854	399 775

			22,9% ⁱⁱ	19,8% ⁱ
Pós-secundário	N.D.	N.D.	0	4 811 0,2% ⁱ
Superior	3 248	366729	3 250 6,7% ⁱⁱ	361 943 17,9% ⁱ
Estabelecimentos de ensino (n.º e %)	219 1,6% ⁱ	13030 100%	167 1,9% ⁱ	8584 100%
Jardim de infância	55 25,1% ⁱⁱ	4750 36,5% ⁱ	37 22,2% ⁱⁱ	3054 35,6% ⁱ
Escola básica	139 63,5% ⁱⁱ	7392 ⁱ 56,7%	107 64,1% ⁱⁱ	4549 53% ⁱ
Escola secundária	3 1,4% ⁱⁱ	400 3,1% ⁱ	3 1,8% ⁱⁱ	335 3,9% ⁱ
Escola básica e secundária	15 6,8% ⁱⁱ	242 ⁱ 1,9%	12 7,2% ⁱⁱ	371 4,3% ⁱ
Escola artística	0	4 1,9% ⁱ	0	14 0,2% ⁱ
Escola profissional	7 3,2% ⁱⁱ	242 1,9% ⁱ	8 4,8% ⁱⁱ	261 3% ⁱ
	2005/2006		2015/2016	
Indicador	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Estabelecimentos de ensino superior (n.º e %)	5 1,5% ⁱ	326 100%	4 1,4% ⁱ	294 100%

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total na RAM.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), baseados no Censos de 2011, havia cerca de meio milhão de pessoas analfabetas em Portugal. 5% da população residente com 10 e mais anos de idade não sabia ler nem escrever num determinado ano ou período de tempo. A maioria era idosa e vivia em zonas do interior. Porém, registavam-se 30 mil pessoas analfabetas com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos.

O indicador taxa de analfabetismo na Madeira atingiu, em 2011, os 6,97%, situando-se acima da verificada em termos nacionais, 5,22%. Todavia, na última década, a taxa de analfabetismo da região recuou -5,7 p.p., valor superior à diminuição de -3,8 p.p. observada a nível nacional.

No arquipélago da Madeira, à semelhança do que se verifica no país, a taxa de analfabetismo nas mulheres é superior aos homens, 8,1% e 5,68%, respetivamente. Os municípios de Santana (13,8%), Porto Moniz (13,1%) e São Vicente (13,0%) são os que apresentam taxas mais elevadas de analfabetismo. Porta Santo (4,2%) e Santa Cruz (4,1%) representam, ao invés, os municípios com menores taxas de analfabetismo.

Em 2011, num total de 267785 pessoas, 62,8% não detinha a escolaridade obrigatória (à data, o 9º ano de escolaridade), sendo que destas, 21,7% não apresentava qualquer grau de escolaridade.

De acordo com os resultados estatísticos disponíveis, existiam na RAM 47363 alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino, perfazendo 2,1% do total nacional. 12,5% (5897) dos alunos frequentava o ensino pré-escolar, 22,9 (10836) o 1º ciclo do ensino básico, 12,7% (6 014) o 2º ciclo do ensino básico, 22,2% (10 512) o 3º ciclo do ensino básico, 22,9% (10854) o secundário e 6,7% (3250) o ensino superior.

Entre os anos letivos 2006/2007 e 2016/2017, o número de estabelecimentos de ensino diminuiu significativamente na RAM, muito graças a fusões, extinções e encerramentos de alguns deles, em virtude da diminuição do n.º de alunos inscritos, consequência da diminuição da taxa de natalidade, passando de 219 para 167 (-23,74 p.p.) Tal se deve, sobretudo, ao decréscimo do número de jardins-de-infância, que passou de 55 para 37, do número de escolas básicas, que passou de 139 para 107 e das escolas com ensino básico e secundário (EBS) (de 15 para 12).

No período em estudo foi criada 1 escola profissional, passando de 7 para 8. E de 2005/2006 para 2015/2016 verificou-se o encerramento de um estabelecimento de ensino superior, passando de 5 para 4.

De acordo com o Documento de Orientação Estratégica Regional “Compromisso Madeira @ 2020”¹, estabeleceram-se vários objetivos de política regional no Domínio do Desenvolvimento do Potencial Humano, visando respostas educativas focadas na articulação entre a procura de educação das famílias e as necessidades de desenvolvimento da RAM, a promoção de ofertas de dupla certificação, formações pós-secundárias e superiores, bem como o investimento na qualificação das infraestruturas e equipamentos de ensino e formação existentes e respetivos recursos humanos.

SAÚDE

Indicador	2012		2016	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Hospitais (n.º e %)	N.D.	N.D.	3 2,9% ⁱ	105 100%
Camas em hospital (n.º e %)	N.D.	N.D.	867 3,7% ⁱ	23 667 100%
Centros de saúde (n.º e %)	13 3,4% ⁱ	387 100%	N.D.	N.D.
Com internamento	2 15,4% ⁱⁱ	17 4,4%	N.D.	N.D.
Sem internamento	11	370	N.D.	N.D.

¹ Resolução n.º 866/2013 - Aprecia favoravelmente o Documento de Orientação Estratégica (DOE), designado “Compromisso Madeira @ 2020”. Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM. Abril, 2018.

	84,6% ⁱⁱ	95,6%		
Consultas dadas nos centros de saúde (n.º e %)	374 725 1,4% ⁱ	26 283 459 100%	N.D.	N.D.
Medicina geral e familiar	267 163 71,3% ⁱⁱ	21 364 327 81,3% ⁱ	N.D.	N.D.
Medicina dentária / estomatologia	21 434 5,7% ⁱⁱ	92012 0,4% ⁱ	N.D.	N.D.
Planeamento familiar	17 913 4,8% ⁱⁱ	1 067 220 4,1% ⁱ	N.D.	N.D.
Pneumologia	181 0,0% ⁱⁱ	15 779 0,1% ⁱ	N.D.	N.D.
Saúde do recém-nascido, criança e adolescente	53 764 14,3% ⁱⁱ	3 074 614 11,7% ⁱ	N.D.	N.D.
Saúde materna	5 196 1,4% ⁱⁱ	546 066 2,1% ⁱ	N.D.	N.D.
Ginecologia	413 0,1% ⁱⁱ	4 902 0,0% ⁱ	N.D.	N.D.
Oftalmologia	419 0,1% ⁱⁱ	8 690 0,0% ⁱ	N.D.	N.D.
Otorrinolaringologia	228 0,1% ⁱⁱ	3 973 0,0% ⁱ	N.D.	N.D.
Outras especialidades	8 014 2,1% ⁱⁱ	105 876 0,4% ⁱ	N.D.	N.D.
	2011		2017	
Indicador	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Enfermeiros (n.º e %)	2 112 3,3% ⁱ	64 478 100%	2 221 3,1% ⁱ	71 578 100%
Médicos residentes (n.º e %)	706 1,6% ⁱ	42 796 100%	1 032 2,0% ⁱ	51 937 100%
Médicos dentistas (n.º e %)	163 2,2% ⁱ	7 366 100%	193 2,0% ⁱ	9 716 100%

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total na RAM.

De acordo com os dados disponíveis, em 2017 existiam na Região Autónoma da Madeira, 9 hospitais, 3 oficiais (867 camas) e 6 particulares, todos localizados no concelho do Funchal. Em 2012, a RAM registava 13 centros de saúde, 2 deles com internamento e 11 sem o referido serviço.

À semelhança dos dados registados em território nacional, a maior fatia das consultas efetuadas nos Centros de Saúde recaiu na especialidade de medicina geral e familiar (71,3%),

seguindo-se as de saúde do recém-nascido, criança e adolescente (14,3%) e as de medicina dentária/estomatologia (5,7%). No total, realizaram-se 374 725 consultas (1,4% do total nacional).

Em 2017, na RAM, estavam inscritos na Ordem dos Médicos, 1 032 médicos, mais 326 que no ano de 2011 (706), perfazendo uma proporção de 4,1 médicos por 1000 habitantes. Destes, 568 possuíam especialidade e 464 sem especialidade. No período de 2011 a 2017 verificou-se um aumento dos médicos dentistas (de 163 para 193) e da classe de enfermagem (de 2112 para 2221 – correspondente a um rácio de 8,7 enfermeiros por cada 1000 habitantes) a exercer a sua atividade na RAM.

HABITAÇÃO

De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011 para a Região Autónoma da Madeira, os alojamentos familiares clássicos ocupados eram 129 580 (assumindo 2,2% do total nacional), valor acrescido em 2012 e em 2016 (129 943 e 130 787, respetivamente). Em 2011, nesse tipo de alojamento contabilizavam-se 264 357 residentes. Em 2011, a dimensão dos alojamentos na Madeira era inferior à média nacional e a área média por alojamento era de 106m², enquanto o valor nacional se situava nos 109m².

Os alojamentos não clássicos somavam 53, dos quais 8 eram barracas (24 residentes) e 45 representavam outro tipo de alojamento (107 residentes).

Os dados mais recentes permitem constatar menor dinamismo no setor imobiliário ao nível das transações realizadas entre 2011 e 2016, ao nível dos contratos de compra e venda de prédios (de 4 035 para 3 959: -0,4%), o que poderá significar uma maior aposta nos contratos de arrendamento, em detrimento de aquisições e vendas de imóveis. Nesta concordância, os valores de crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante sofreram uma descida acentuada no mesmo período (444 em 2011 para 263 em 2016), variando em 2016 entre um mínimo de 56€ no Porto Moniz e de 359€ no Funchal.

O valor médio dos imóveis transacionados em 2016 na Madeira foi, segundo dados do Pordata, de 95 374€, mais 19,4% que no ano de 2011 (76 853€), valor superior ao registado a nível nacional (91 354€). 129.867€ representava o valor médio dos prédios urbanos transacionados e 13.281€ o montante médio assinalado para os prédios rurais, oscilando entre um mínimo de 12 426€ (Santana) e um máximo de 144 354€ (Funchal).

O valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares registou um aumento entre o 1º trimestre de 2016 (611) e o 1º trimestre de 2018 (677). Neste último, este indicador variava entre 435€ no Porto Moniz - concelho rural - e 1 405 no Funchal – concelho urbano. Com efeito, em 2011, os valores eram mais baixos, variando entre um mínimo de 411€ (Santana) e um máximo de 1 227€ (Funchal).

Os valores medianos das rendas por m² dos novos contratos de arrendamentos de alojamentos familiares em 2017, na RAM, era de 5,15, superior ao verificado no país (4,39), o que indicia maior facilidade económica no acesso das famílias à habitação. Variava entre os 3,69 (Machico) e os 5,85 (Funchal).

Os dados de 2011 verificaram 6 611 (15,6% do total nacional) pedidos de habitação social na Região, num total de 42 248 a nível nacional. Os imóveis de habitação social disponíveis em 2011 (5 433) não eram suficientes para todos os pedidos de famílias em dificuldades no acesso

à habitação. Em 2015, a RAM dispunha de 3 309 fogos de habitação social. A esmagadora maioria estava arrendada (99,2%).

De referir que, de acordo com dados do Eurostat (2016), apenas 1% da despesa de Portugal em proteção social é destinada à habitação social, o terceiro valor mais baixo da União Europeia, só atrás da Grécia e da Polónia e a par de Itália.

HABITAÇÃO

Indicador	2011		2012		2016	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Alojamentos familiares clássicos (n.º e %)	129 580 2,2% ⁱ	5 879 159 100%	129 943 2,2% ⁱ	5 898 672 100%	130 812 2,2% ⁱ	5 934 755 100%
Contratos de compra e venda de prédios (n.º e %)	4 035 2,4% ⁱ	167 496 100%	3 325 2,3% ⁱ	142 053 100%	3 959 2% ⁱ	199 604 100%
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante €/ hab, varia entre um mínimo e um máximo de:	444		137		263	
	192 Câmara de Lobos	569 Funchal	68 Câmara de Lobos	175 Santa Cruz	56 Porto Moniz	359 Funchal
Valor médio dos prédios transacionados €/ n.º varia entre um mínimo e um máximo de:	76 853		71 381		95 573	
	13 184 Porto Moniz	133 380 Funchal	17 325 Santana	127 781 Funchal	11 246 Santana	147 474 Funchal
Indicador	1.º Trimestre de 2016		1.º Trimestre de 2017		1.º Trimestre de 2018	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares € varia entre um mínimo e um máximo de:	611		645		677	
	411 Santana	1 227 Funchal	429 Santana	1 286 Funchal	435 Porto Moniz	1 405 Funchal
Indicador	2016		2017		2018	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Valor mediano das Rendas por m ² dos	N.D.		5,15		N.D.	
			3,69	5,85		

Indicador	2011		2012		2015	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares € varia entre um mínimo e um máximo de:			Machico	Funchal		
Fogos de habitação social n,º	5 433 4,6% ⁱ	118 575 100%	5 535 4,7% ⁱ	118 334 100%	5 494 4,6% ⁱ	119 691 100%
Vagos	90 1,6% ⁱⁱ	3 621 3,1% ⁱ	57 1,0% ⁱⁱ	4 862 4,1% ⁱ	40 0,7% ⁱⁱ	6 729 5,6% ⁱ
Ocupados ilegalmente	6 0,1% ⁱⁱ	481 0,4% ⁱ	8 0,1% ⁱⁱ	419 0,4% ⁱ	3 0,1% ⁱⁱ	774 0,6% ⁱ
Arrendados	5337 98,2% ⁱⁱ	113 365 95,6% ⁱ	5 470 98,8% ⁱⁱ	113 053 95,5% ⁱ	5 451 99,2% ⁱⁱ	112 188 93,7% ⁱ
Para demolição	0 0% ⁱⁱ	1 108 0,9% ⁱ	N.D.	N.D.	N.D.	
Pedidos de habitação Social n,º	6611 15,6% ⁱ	42 248 100%	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total na RAM.

De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011 para a Região Autónoma da Madeira, os alojamentos familiares clássicos ocupados eram 129 580 (assumindo 2,2% do total nacional), valor acrescido em 2012 e em 2016 (129 943 e 130 787, respetivamente). Em 2011, nesse tipo de alojamento contabilizavam-se 264 357 residentes. Em 2011, a dimensão dos alojamentos na Madeira era inferior à média nacional e a área média por alojamento era de 106m², enquanto o valor nacional se situava nos 109m².

Os alojamentos não clássicos somavam 53, dos quais 8 eram barracas (24 residentes) e 45 representavam outro tipo de alojamento (107 residentes).

Os dados mais recentes permitem constatar menor dinamismo no setor imobiliário ao nível das transações realizadas entre 2011 e 2016, ao nível dos contratos de compra e venda de prédios (de 4 035 para 3 959: -0,4%), o que poderá significar uma maior aposta nos contratos de arrendamento, em detrimento de aquisições e vendas de imóveis. Nesta concordância, os valores de crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante sofreram uma descida acentuada no mesmo período (444 em 2011 para 263 em 2016), variando em 2016 entre um mínimo de 56€ no Porto Moniz e de 359€ no Funchal.

O valor médio dos imóveis transacionados em 2016 na Madeira foi, segundo dados do Pordata, de 95 374€, mais 19,4% que no ano de 2011 (76 853€), valor superior ao registado a nível nacional (91 354€). 129.867€ representava o valor médio dos prédios urbanos transacionados e 13.281€ o montante médio assinalado para os prédios rurais, oscilando entre um mínimo de 12 426€ (Santana) e um máximo de 144 354€ (Funchal).

O valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares registou um aumento entre o 1º trimestre de 2016 (611) e o 1º trimestre de 2018 (677). Neste último, este indicador variava entre 435€ no Porto Moniz - concelho rural - e 1 405 no Funchal – concelho urbano. Com efeito, em 2011, os valores eram mais baixos, variando entre um mínimo de 411€ (Santana) e um máximo de 1 227€ (Funchal).

Os valores medianos das rendas por m² dos novos contratos de arrendamentos de alojamentos familiares em 2017, na RAM, era de 5,15, superior ao verificado no país (4,39), o que indicia maior facilidade económica no acesso das famílias à habitação. Variava entre os 3,69 (Machico) e os 5,85 (Funchal).

Os dados de 2011 verificaram 6 611 (15,6% do total nacional) pedidos de habitação social na Região, num total de 42 248 a nível nacional. Os imóveis de habitação social disponíveis em 2011 (5 433) não eram suficientes para todos os pedidos de famílias em dificuldades no acesso à habitação. Em 2015, a RAM dispunha de 3 309 fogos de habitação social. A esmagadora maioria estava arrendada (99,2%).

De referir que, de acordo com dados do Eurostat (2016), apenas 1% da despesa de Portugal em proteção social é destinada à habitação social, o terceiro valor mais baixo da União Europeia, só atrás da Grécia e da Polónia e a par de Itália.

PROTEÇÃO SOCIAL

PROTEÇÃO SOCIAL

Indicador	2009		2017	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Beneficiários de prestações por parentalidade (n.º e %)	2 008 2,1% ⁱ	96608 100%	3 651 2,2% ⁱ	167616 100%
Homens	936 46,6%	43309 44,8% ⁱ	1 654 45,3%	74919 44,7% ⁱ
Mulheres	1 072 53,4%	53299 55,2% ⁱ	1 997 54,7%	92697 55,3% ⁱ
Titulares de abono de família (n.º e %)	47 586 2,6% ⁱ	1852756 100%	30 603 2,5% ⁱ	1211494 100%
Pensionistas (n.º e %)	64 222 2,3% ⁱ	2853269 100%	68035 2,3% ⁱ	2987136 100%
Velhice	37 675 2,0% ⁱ	1864840 65,4% ⁱ	41 489 2,0% ⁱ	2040578 68,3% ⁱ
Invalidez	8 157 2,7% ⁱ	297186 10,4% ⁱ	8 111 3,5% ⁱ	228697 7,7% ⁱ
Sobrevivência	18 390 2,6% ⁱ	697243 24,4% ⁱ	18 435 2,6% ⁱ	717861 24,0% ⁱ
Beneficiários de Complemento Social para Idosos (n.º e %)	3 376 1,5%	232812 100%	3 496 2,0% ⁱ	175306 100%
Beneficiários de subsídios de desemprego (n.º e %)	13 287 2,4% ⁱ	547450 100%	12 081 3,0% ⁱ	405795 100%
Valor médio do subsídio de desemprego €	489,01	475,31	449,36	485,17
Beneficiários de subsídio por doença (n.º e %)	10 512 1,8% ⁱ	585279 100%	10 269 1,6% ⁱ	629054 100%
Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (n.º e %)	9 775 2,0% ⁱ	485487 100%	6 086 2,1% ⁱ	288065 100%
Valor médio do Rendimento Social de Inserção por beneficiário €	92,28	92,59	106,50	112,00
Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção (n.º e %)	3 616 1,9% ⁱ	192249 100%	2 632 2,0% ⁱ	134918 100%
Valor médio do Rendimento Social de Inserção por família €	260,34	239,64	247,93	252,54

Beneficiários de Prestação Social para a Inclusão (n.º e %)	N.D.		550 2,6% ⁱ	20995 100%
---	------	--	--------------------------	---------------

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total na RAM.

Sabendo que as pensões sociais constituem um importante instrumento de combate à pobreza e exclusão social, retirando milhares de portugueses do limiar da pobreza, importa perceber como é que o país e em específico a RAM se mobiliza nesta matéria.

Segundo um estudo divulgado em janeiro de 2019, Portugal é o quarto país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que mais gasta com prestações sociais de velhice e sobrevivência, representando 13,3% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o relatório da OCDE, os gastos sociais públicos nos países são, em média, superiores a 20% do PIB em 2018. Em Portugal, a percentagem situava acima da média, em 22,6%. As pensões representam a maior fatia da despesa social nos países da OCDE, correspondendo em média a 8% do PIB, seguido da despesa com saúde, com 5,7%.

Em 2017, os beneficiários de prestações de parentalidade totalizavam 3 651 na RAM (2,2% do total nacional), sendo na sua maioria mulheres (54,7%). De acordo com os dados divulgados pelo Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), em dezembro de 2018, foram processadas a nível nacional 41 816 prestações por parentalidade.

Entre 2009 e 2017, o número de titulares de abono de família, prestação para compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens, diminuiu, passando de 47 586 para 30 603. O total nacional em 2017 registava 1 211 494, mais 45 367 em relação a dezembro de 2018, traduzindo-se numa variação de 4,0%.

Em 2017 existiam 68 035 pensionistas da Segurança Social ativos na Região Autónoma da Madeira, correspondentes a cerca de um quarto da população residente. Daquele efetivo, 60,9% recebiam pensões de velhice, 27,1% de sobrevivência e 11,9% de invalidez. Face a 2009, regista-se um aumento das pensões de velhice e de sobrevivência em 9,2% e 0,2%, respetivamente, e um decréscimo das pensões de invalidez (-0,6%).

O número de pensionistas aumentou no mesmo período, beneficiando + 3 813 pessoas. A maioria (41 489) usufruía de pensão de velhice, seguindo-se por ordem decrescente o número de beneficiários de pensão de sobrevivência (18 435) e de pensão de invalidez (8 111).

Considerando o aumento do risco de pobreza entre os idosos nos anos mais recentes, em 2017, o Complemento Solidário para Idosos (apoio aos idosos com mais de 66 anos com baixos recursos) fixou-se em 423,69 euros mensais, mais 2,11 euros do que em 2016. O número de beneficiários deste complemento denotou um ligeiro aumento na Região, em 2017, face a 2009, passando de 3 376 para 3 496.

A recuperação económica refletida no aumento das ofertas de emprego e respetiva integração no mercado de trabalho, conduziu a uma redução do número de desempregados e consequentemente do número de prestações de desemprego. Comparativamente a 2009, em 2017, o número de beneficiários do subsídio de desemprego diminuiu, fixando-se nos 12 081 (-

1 206 indivíduos). Estes auferiam uma prestação média mensal de 449,36€, valor inferior à média nacional (485,17€), o que se relaciona com a prevalência dos baixos salários praticados na Região.

Entre 2009 e 2017 há a registar um decréscimo de 0,9% do número de beneficiários do subsídio de doença, situando-se nos 10 269 (1,6% do total nacional).

No mesmo período, o número de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI) baixou significativamente, transitando de 9 775 para 6 086 (assumindo 2,1% do total nacional), o que poderá significar a integração social e profissional dos indivíduos e famílias em situação de pobreza e exclusão social. Em 2016, cerca de 6,3 mil indivíduos beneficiaram deste rendimento, dos quais 49,7% do sexo masculino. Por grupo etário, 40,6% dos beneficiários eram indivíduos com menos de 25 anos. Em 2017, cada família auferia em média mensalmente 247,33€ e cada beneficiário 106,50€ (+14,22€ que em 2009).

A prestação social para a inclusão (PSI), criada pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2017, visa melhorar a proteção social das pessoas com deficiência, promover o combate às situações de pobreza, fomentar a participação social e laboral e contribuir para autonomização das pessoas com deficiência. Introduz simplificação, modernização e maior eficácia ao quadro das prestações sociais na área da deficiência. Na RAM contabilizavam-se 550 pessoas a beneficiar desta prestação em 2017, correspondendo a 2,6% do total nacional.

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Presidência da República	1º Eleição - 1976		Última Eleição - 2016	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Eleitores (n.º e %)	143 363 2,2% ⁱ	6477484 100%	256 058 2,6% ⁱ	9741377 100%
Votantes (n.º e %)	107 256 74,8% ⁱⁱ	4885624 75,4% ⁱ	116 517 45,5% ⁱⁱ	4740558 48,7% ⁱ
Abstenção (n.º e %)	36 107 25,2% ⁱⁱ	1591860 24,6% ⁱ	139 541 54,5% ⁱⁱ	5000819 51,3% ⁱ
Assembleia da República	1º Eleição - 1975		Última Eleição - 2015	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Eleitores (n.º e %)	141 660 2,3% ⁱ	6220784 100%	255 821 2,6% ⁱ	9682553 100%
Votantes (n.º e %)	126 222 89% ⁱⁱ	5693905 91,5% ⁱ	125 104 49% ⁱⁱ	5408805 55,9% ⁱ
Abstenção (n.º e %)	15 438 11% ⁱⁱ	526879 8,5% ⁱ	130 717 51% ⁱⁱ	4273748 44,1% ⁱ
Autarquias Locais	1º Eleição -1976		Última Eleição – 2017	

	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Eleitores (n.º e %)	142 453 2,2% ⁱ	6460528 100%	255 782 2,7% ⁱ	9411442 100%
Votantes (n.º e %)	78 188 54,9% ⁱⁱ	4170494 64,6% ⁱ	138 428 54,9% ⁱⁱ	5173063 55% ⁱ
Abstenção (n.º e %)	64 265 45,1% ⁱⁱ	2290034 35,4% ⁱ	117 354 45,1% ⁱⁱ	4238379 45% ⁱ
Parlamento Europeu		1.ª Eleição – 1987	Última Eleição – 2014	
	RA Madeira	Portugal	RA Madeira	Portugal
Eleitores (n.º e %)	177 277 2,3% ⁱ	7813103 100%	257 919 2,7% ⁱ	9702657 100%
Votantes (n.º e %)	118 852 67,0% ⁱⁱ	5637556 72,2% ⁱ	87 340 33,9% ⁱⁱ	3283610 33,8% ⁱ
Abstenção (n.º e %)	58 425 33,0% ⁱⁱ	2175547 27,8% ⁱ	170 579 66,1% ⁱⁱ	6419047 66,2% ⁱ

Notas: ⁱ Em % do total nacional; ⁱⁱ Em % do total na RAM.

Numa perspetiva longitudinal e comparada (entre 1975 e 2017), os dados apurados permitem perceber que a participação eleitoral para a Presidência da República (PR), Assembleia da República (AR), Autarquias Locais (AL) e Parlamento Europeu (PE), assume uma nova dinâmica no quadro institucional do sistema político português, nomeadamente no que aos indicadores n.º de eleitores, n.º de votantes e n.º de abstenções, refere. Os mesmos revelam uma maior expressão na participação e consciencialização do dever cívico/político dos cidadãos.

Da abordagem longitudinal, verifica-se um padrão de mobilização eleitoral da RAM nas eleições para os diferentes círculos eleitorais (PR, AR, AL, PE). Na esmagadora maioria é notório um acréscimo no número de eleitores e abstenções, ao longo das três décadas de análise. Por outro lado, a participação dos votantes nas eleições legislativas nacionais e europeias denotou perdas ao longo do período em estudo (PR: -29,3; AR: -40%; AL: 0%; PE: -33,1). Da análise do comportamento eleitoral, o mesmo poderá expressar algum descontentamento, falta de identidade ou sentimento de pertença face às estruturas nacionais de governo e/ou às dinâmicas político-partidárias vigentes.

As percentagens regionais de votantes são sempre inferiores (PR:45,5% - 48,7; AR: 49% - 55,9; AL: 54,9% - 55) e os níveis de abstenção superiores (PR:54,5% - 51,3; AR: 51% - 44,1; AL: 45,1%, - 45) aos registados a nível nacional, à exceção do registado nas eleições para o Parlamento Europeu, cuja diferença percentual de votantes foi residual (0,01).

Na mesma análise (entre 1976 e 2017) e de forma transversal aos diferentes atos eleitorais, o exercício de sufrágio evidencia-se por uma subida considerável de abstenções por parte dos residentes na RAM (PR: +29,3%; AR: +40%; AL: 0%; PE: +33,1%), superior às totalizadas em território nacional, conforme referido anteriormente. A abstenção mais alta regista-se nas eleições para o Parlamento Europeu (66,1%) e para a Presidência da República (54,5%), sendo a mais baixa as eleições para as Autarquias Locais (51%).

Nota: Os dados contidos nesta ficha-síntese foram recolhidos das respetivas fontes oficiais em Setembro de 2018. As fontes utilizadas são: Instituto Nacional de Estatística; Pordata; Instituto da Segurança Social; Instituto de Emprego e Formação Profissional.

